

Editorial

Editorial

A arte, ao ter também a sua importância, é o principal meio para se questionar valores essenciais para a educação, ética, moral e, enfim, para a formação de uma sociedade democrática. Quando falamos de arte, de cultura e ideologia, o pensamento dominante do senso comum imediatamente restringe a reflexão a uma igualdade social e ao prazer do ator social em relação à contemplação da obra de arte ou à sua realização. Nesse sentido, o ideal de igualdade é entendido pelo desejo de se adquirir direitos e, muitas vezes, entendido como o direito à satisfação ou como a liberdade. No entanto, não é exatamente assim. O princípio democrático na sociedade contemporânea é adquirir uma igualdade frente aos cânones do direito social. Não mais só o direito de liberdade de expressão.

Observamos obras e temas alusivos à liberdade de expressão, à ética e à censura apresentados em eventos culturais de arte contemporânea e meios de comunicação, principalmente, no que diz respeito à consciência de liberdade, de cidadania, respeitando as normas e a ética internacionais dos direitos humanos para o exercício da liberdade no universo das artes. Para tanto, a Comissão Editorial entrevistou o sociólogo e professor da UNICAMP, Renato Ortiz, pautada nos elementos que constituem a relação da arte com a sociedade democrática, com valores comuns e recíprocos para a qualidade de vida e a politização dos indivíduos que a constituem. Além disso, tais discussões trouxeram novas indagações para esta edição que configuram a opinião de nossa editora Diana Helena de Benedetto Pozzi sobre a percepção dessa arte considerada “estranha” para o grande público, retomando a primordial questão: “o que é arte?”.

A relação da arte com a sociedade é atribuída principalmente à vida pública como nos mostra a análise de Jürgen Habermas, em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública* (1962). A literatura e as artes passaram a ter importância nas questões políticas, tanto quanto na alusão aos acontecimentos sociopolíticos, à medida que a

CHRISTIANE WAGNER

Universidade Estadual de
Campinas.
Instituto de Artes, Campinas/
SP, Brasil.

participação do indivíduo na vida pública passou a ter maior significado. A importância desse assunto, porém, não está no caráter ideológico da geração que marcou a revolução cultural, a partir da primeira República Francesa, e nem nas consequências do desenvolvimento econômico e social. Nem mesmo na caracterização do processo de transformação devido à emergência de novas políticas que orientam o sistema na história do ocidente. Mas está, isto sim, na forte influência com origem da burguesia no século XVIII, que aumentou ainda mais a partir do século XIX, dando sentido à produção cultural dos séculos seguintes; sobretudo, com o processo de reprodução técnica, a intensidade da concentração urbana e o desenvolvimento industrial. Para melhor entendimento, apresento em nossa atual edição o artigo Reflexões preliminares sobre arte e sociedade, como orientação do processo sócio-histórico e base para a compreensão da criação artística em suas distintas especificidades formais, imaginárias e reais no processo de autonomia da arte e do cidadão.

A transmissão de imagens e sons proporcionaram à vida cotidiana maior participação do cidadão com o mundo das artes, com o contínuo aumento do desenvolvimento das tecnologias de comunicação. A arte em suas diversas formas pôde, por meio da reprodução, estar ao alcance de uma grande parte da população, especialmente em nossos dias com a tecnologia digital e a difusão de imagens e sons transmitindo obras de arte (pinturas, músicas, filmes, etc.) de diversos lugares e tempos para todos aqueles que possam e queiram ver. Até mesmo o acesso aos museus em interfaces 3D, visualização panorâmica em 360° e realidade virtual. Isso significa que, apesar das formas de reprodução, sempre existiu ou ainda existe a obra original ou a sua referência. O que é transmitido é apenas a reprodução – o valor de exposição –, em oposição ao valor da apreciação que se tem diante do original. Trata-se da noção de “aura”, desenvolvida nos anos de 1930 por Walter Benjamin, que se tornou referência para as reflexões em relação às novas tecnologias na arte. Em nossos dias, essa transformação de valores, por um lado, é interpretada como valor cultural e progresso de ordem social, aproximando-se de uma “democratização da arte” ao encontro da participação de todos. Por outro lado, essa transformação pode representar uma revolução de todas as funções da arte em sua relação com a sociedade, até mesmo o fim progressivo da tradição, caso esta também não seja transmitida por meio da educação, formação e preservação do patrimônio. Nesse sentido, a importância do estudo desenvolvido pelos pesquisadores Erika Colombo e Andrés Antúnez resultou no artigo publicado nesta edição, intitulado Ateliê de desenho de livre expressão com crianças acolhidas: reflexões a partir da fenomenologia da vida. Além disso, há ainda os relatos de “uma das premissas da extensão que é ‘levar a universidade’ para ‘além de seus muros’, de modo a captar o conhecimento ‘externo’ e integrá-lo ao conhecimento produzido na universidade” dos autores Alex Mota dos Santos, Gabriel Matinelli, Matheus Vilariño e Janice Prado Barros, também nesta edição.

Entretanto, a crescente difusão e intensidade da aproximação com as formas de arte, identificando ou não qualquer vínculo em seu tempo e espaço, e as referências originais não impedem que certa valorização material ou qualidade sejam mantidas. Isso, em nossos dias, com a cultura de massa, é o que nos aproxima do kitsch pelas crescentes “indústrias culturais”, atendendo ao público em seus desejos efêmeros.

Nesse sentido, mantemos a clássica reflexão sobre a obra de Walter Benjamin que é indissociável para a correspondência entre arte e sociedade, na qual caracteriza a “desintegração da cultura em bens que podem se tornar um objeto de posse da humanidade” (Habermas, 1978). Essas transformações do significado social da arte, condicionando a percepção em relação às funções culturais mais importantes, são a criação de um equilíbrio entre o homem e o seu meio pela arte. No entanto, um segmento bastante crítico da intelligentsia se preocupa sobremaneira com as relações entre Estado e sociedade, quando se trata da ativa participação de artistas e jovens no processo político social nacional e internacional, como nos mostram Nasser Sawan e Renata Parpolov Costa no artigo *As relações e comunicações simbólicas entre artistas e sociedade na Síria antes e depois do início da guerra, em 2011*. Esse equilíbrio pela arte depende da representação das ideias pelo meio e pela técnica. Considera-se a velocidade do progresso tecnológico, a racionalidade e suas questões sociopolíticas, além do controle sobre a comunicação, a mídia e as artes que não significam necessariamente que tal poder seja exercido politicamente, porém mais: que está, sim, contido na política (Weber, 1965). As consequências são as tecnologias e recursos utilizados tanto pelos media como pelas massas, resultando na percepção coletiva de um público que se apropria dos modos de percepção individual para um imaginário coletivo. No geral, é nos grandes centros urbanos que a arte está em sua forma mais perfeita em relação à sociedade, como nos mostra Antônio Rodrigues em seu artigo, *Performances urbanas: a forma artística das intervenções urbanas* e Ewely Branco Sandrin com *Os significados da arte nas estações de metrô de São Paulo*. Enfim, os media, as redes sociais, tudo converge para um recente e grande acontecimento que consiste em uma grande realidade nas metrópoles globais. Mas nada revela mais claramente a importância da arte em nosso tempo do que o fato de que ela é, também na sociedade de consumo, mercadoria; e a arte, em suas provocações, faz a sua estratégia de marketing e comunicação. O que prevalece é o melhor lance!

Boa leitura,
Christiane Wagner

CHRISTIANE WAGNER *professora de Ciências da Comunicação e Estética do Instituto de Artes da Universidade de Campinas, (IA-UNICAMP) e editora associada da Revista de Cultura e Extensão USP*